

# Trajetória da reivindicação Kayapó sobre a Terra Indígena Badjônkôre<sup>1</sup>

Eliane da Silva Souza Pequeno<sup>2</sup>

## Antecedentes

Em cumprimento à determinação da Instrução Executiva nº 025/PRES, de 13 de agosto de 1997, a equipe técnica da Diretoria de Assuntos Fundiários da FUNAI tomou conhecimento da amplitude da reivindicação de ampliação das terras Kayapó já regularizadas, as lideranças indígenas pleiteavam uma área que liga um ponto ao sul/sudeste da TI Kayapó (PA), englobando as terras incidentes desde a região situada à margem esquerda dos rios Fresco e Dourado, passando por toda a margem direita do alto e médio curso do rio Xingu e pela região da confluência entre os rios Xingu e Liberdade, até alcançar o marco geográfico do limite norte/nordeste da TI Capoto/Jarina (MT).

Após nova ocorrência conflituosa na área que levou à retenção dos representantes dos interesses dos proprietários da Fazenda Fortaleza, que somente pôde ser contornada com a presença do próprio Presidente da FUNAI, o Grupo Técnico de

Identificação e Delimitação, constituído pela Portaria nº 125/PRES, de 16 de fevereiro de 1998, iniciou imediatamente os trabalhos em campo, subsidiados pelas informações obtidas pela equipe técnica IEX/025/PRES/97, o qual apresentou a proposta de identificação e delimitação para a Terra Indígena Badjônkôre, recebendo a anuência das lideranças indígenas, de acordo com os critérios de definição das terras indígenas apontados no parágrafo 1º, artigo 231, da Constituição Federal.

## **Introdução**

O Grupo Técnico de Identificação e Delimitação constituído pela Portaria nº 125/PRES/98, composto por três servidores da FUNAI/DAF, um técnico do INCRA/PA e uma colaboradora do ITERPA, acompanhados pela liderança Pangrá Kayapó e por um guia indígena chamado Tòkòk, objetivou realizar estudos de identificação das terras reivindicadas pelas lideranças indígenas Kayapó, Kubenkankrêng e Mentuktíre, situadas na região compreendida entre o igarapé Trairão e os rios Xingu e Liberdade, abrangendo tanto a região sul do estado do Pará quanto a região norte do Mato Grosso.

Devido à extensão da área, nas primeiras reuniões mantidas com o Chefe do Núcleo de Apoio Local de Redenção/NALR e as próprias lideranças indígenas ficou acertado que, neste primeiro momento, somente seria tratada a questão que envolve áreas situadas no estado do Pará, mais especificamente a região onde se localiza o Posto Indígena de Vigilância Kranhãmpare, foco de conflitos entre os índios e o representante dos proprietários do imóvel

rural denominado Fazenda Fortaleza. Por esta razão, colaboradores do INTERMAT e do INCRA/MT foram dispensados da composição do Grupo Técnico.

Os demais Kayapó, assim como as lideranças do subgrupo Mentuktíre continuam, ainda hoje, reivindicando uma área de proteção situada ao longo da margem direita do rio Xingu, passando pela confluência com o rio Liberdade até alcançar o limite norte da TI. Capoto/Jarina e devem aguardar a formação de novo grupo técnico específico para proceder aos levantamentos naquela região.

### **Grupo indígena**

Sociedade Indígena: Kayapó, subgrupo Kubenkrankêng

Autodenominação: *Mebengokré*<sup>3</sup>

Família Lingüística: Jê, do troco lingüístico Macro-Jê

Língua: Kayapó

População: 82 (oitenta e duas) pessoas, 1998

O grupo indígena Kayapó, autodenominado *Mebengokré*, é composto por índios espalhados em diversas sociedades, ocupando, atualmente, sete terras indígenas, quais sejam: a) Terra Indígena Baú, de ocupação dos índios Baú; b) Terra Indígena Capoto/Jarina, dos índios Mentuktíre, (ou Txukahamãe); c) Terra Indígena Cateté, dos índios Xikrín do rio Cateté; d) Terra Indígena Mekragnoti, dos índios Mekragnotí; e) Terra Indígena Kararaô, de ocupação dos Kararahô; f) Terra Indígena Kayapó, onde ocupam os subgrupos A-Ukre, Gorotíre, Kubeknkrankêng, Kikretum e Kokraimro; e, g) Terra Indígena Trincheira/Bacajá, dos índios Xikrín do rio Bacajá. Estas terras indígenas estão

localizadas no interior do estado do Pará, à exceção da Terra Indígena Capoto/Jarina, que se localiza na região norte do estado de Mato Grosso.

Os Kayapó encontram-se distribuídos em dez sociedades indígenas conhecidas como: A-Ukre, Gorotíre, Kararahô, Kokraimôro, Kriketum, Kubenkrankêng, Mekragnotí, Mentuktire ou Txukahamãe, e os Xikrín, subdivididos em Xikrín do Bacajá e Xikrín do Cateté. Existem, atualmente, pelo menos três outros grupos Kayapó isolados de qualquer contato, são eles: os Ngra-Mrari; os Purô e os Pituiarô, todos localizados nos estados do Pará e Mato Grosso.

A TI Badjônkôre não reflete a reivindicação das lideranças indígenas Kayapó como um todo, e sim, mais especificamente, daquelas provenientes do grupo Kubenkrankêng, para regularização das porções de terras tradicionalmente por eles ocupadas e que não foram contempladas no interior dos limites da TI Kayapó. O procedimento administrativo de regularização fundiária da TI Kayapó está devidamente concluído, ou seja, encontra-se homologada através do Decreto de Homologação nº 319, de 29 de outubro de 1991, e está registrada tanto no Cartório de Registro de Imóveis/CRI do município de Altamira, no estado do Pará, quanto na Secretaria de Patrimônio da União/SPU.

Ocorre que os índios Kubenkrankêng jamais aceitaram, com tranqüilidade e satisfação, os limites definidos, alegando não terem participado efetivamente do procedimento de demarcação acima referido, realizada em 1985, pelo convênio entre a FUNAI e a Divisão de Serviços Gerais do Exército Brasileiro, época que tiveram início os conflitos fundiários entre os índios e os segmentos regionais,

representados por donos de fazendas limítrofes ao limite sul/sudeste da Terra Indígena Kayapó.

Embora a FUNAI tenha providenciado alterações na proposta original da Terra Indígena Kayapó, apresentada pelo Grupo de Trabalho XXI, constituído pela Portaria nº 477/P, de 26.09.77, e apesar dos acordos entre lideranças indígenas e a FUNAI acerca da definição dos limites, mesmo assim os índios Kayapó continuaram a contestar o traçado dos marcos geográficos (ou pontos de amarração) MA-16, MA-17A, MA-18=SAT-18 e MA-19, do Mapa de Delimitação da Terra Indígena Kayapó, com o argumento de que a demarcação topográfica, realizada pelo Exército em 1985, não chegou a contemplar certas áreas extremamente significativas, consideradas imprescindíveis para o grupo indígena não apenas em termos econômicos como também socioculturais e históricos, quais sejam: áreas de abrangência de uma das aldeias ancestrais, denominadas *Pykatôtí*, alguns cemitérios indígenas, rotas de perambulação, lugares considerados sagrados por marcarem a região onde ocorreram guerras com outras etnias, áreas tradicionais destinadas às suas atividades produtivas, tais como locais de caça e pesca abundantes, áreas reservadas ao plantio e ao cultivo de roças, e também áreas essenciais para a defesa e a proteção dos recursos naturais existentes, entre os quais se destaca a margem direita do rio Xingu.

A sociedade indígena Kubenkrankêng faz parte das diversas subdivisões do grande grupo Kayapó que aconteceram no decorrer deste século. A separação dos Kubenkrankêng de sua aldeia de origem, formada pelo grupo dos Gorotíre, data do ano de 1936, após a ruptura de uma das casas dos homens (*ngobe*), local

privilegiado na estrutura política interna e espaço onde as lideranças deliberam sobre o futuro da aldeia e de seus habitantes.

Os Kayapó pertencem à família linguística Jê e são um entre os vários grupos intimamente correlacionados do tronco linguístico Macro-Jê.

As estimativas glotocronológicas mais confiáveis situam sua separação dos Apinayé e Suyá, seus parentes mais próximos, há aproximadamente quatro séculos. O tronco ancestral Kayapó-Apinayé-Suyá parece ter se separado dos precursores dos grupos Timbira Orientais, tais como os Krahô, Krikatí, Gavião e Ramkokamekra-Canela, uns cem anos antes disso. (Turner, 1992, p. 311).

A família Jê é representada pelos povos que se adaptaram ecologicamente a ambientes de cerrados e florestas de galerias do Planalto Central brasileiro, embora hoje, alguns desses povos vivam exclusivamente nas florestas e se distingam por um padrão cultural de divisões e segmentações internas, por aldeias circulares ou semicirculares localizadas quase sempre nas regiões de cerrado próximas de um curso d'água, afluente de um rio maior e não muito distantes das áreas de florestas, onde se fazem as plantações, estas voltadas para o curso d'água.

### **Distribuição espacial da população**

A área etnográfica Tocantins-Xingu ficou bastante conhecida no meio acadêmico a partir das pesquisas desenvolvidas pelo Havard Central-Brazil Research Project<sup>4</sup>, que se ocupou, principalmente, da comparação entre as sociedades que pertencem

ao tronco lingüístico Jê. No que se refere aos Kayapó Setentrionais, destacam-se as teses de Terence Turner (1966) e Joan Bamberger (1967).

A área a oeste do Tocantins e a leste do Araguaia, localizada nos atuais estados de Goiás e Tocantins, foi a região em que os Kayapó surgiram como povo Jê distinto e onde se diferenciaram de outros grupos Jê Setentrionais aparentados, como os Apinajé, Suyá e Timbira. Pode ser que a área entre os Tocantins e o Araguaia seja "o espaço entre as águas" mencionado na autodenominação *Mebengokré*.

### **Área etnográfica Tocantins-Xingu**

Assim como os Xavante, Xerente e Timbira, os Kayapó pertencem à região central do Brasil. Os Kayapó Setentrionais, também conhecidos como "Kayapó do Norte" habitam a área etnográfica denominada Tocantins-Xingu, ou seja, a "área limitada ao norte por um linha que partindo do Mearim alcança o Iriri, a oeste pelo divisor de águas Tapajós-Xingu, a leste pelo Tocantins e ao sul pelo chapadão que se estende de Mato Grosso a Goiás" (Galvão, 1979, p. 217).

### **Breve histórico**

Na literatura, distinguem-se dois grandes grupos Kayapó: o grupo dos Kayapó Setentrionais (*Mebengokré*), tema central deste Relatório, habitantes de uma grande porção de terras situadas no sul do atual Estado do Pará e norte do Mato Grosso e os Kayapó

Meridionais, que ocupavam extenso território no sul do estado de Goiás, sudeste de Mato Grosso, noroeste de São Paulo e o Triângulo Mineiro.

Os Kayapó Setentrionais ou Kayapó do Norte formavam uma única aldeia ancestral, num passado remoto, denominada Goroti-Kumrein, estabelecida na região sul do Pará, na margem esquerda do rio Araguaia. Os Kayapó Meridionais ou Kayapó do Sul, cujos únicos descendentes são os Panará, conhecidos inicialmente por Kreen-Akarôre, Krenacore, ou, ainda, "índios gigantes", habitam a região compreendida pela serra do Cachimbo, no Estado Pará.

Já no começo do século XIX, surgem novas notícias sobre outra tribo Jê, situada a cerca de dois mil quilômetros ao norte, também designada como Kayapó, com a mesma estrutura social e falando a mesma língua. Os Kayapó Setentrionais, que viviam em numerosas aldeias no Brasil Central, habitavam a região que é atualmente marcada pelo limites entre os estados do Mato Grosso e Pará.

Em 1824, estavam localizados entre o baixo Araguaia e médio Tocantins, seus vizinhos eram os Xavante. Em 1909, fala-se dos Kayapó já a oeste do rio Araguaia. Entre essas duas datas, os Kayapó conviveram com muitos outros grupos, tanto de língua Jê (Timbira Ocidentais e Orientais, Krahô, Apinajé, Xambioá, etc.) como pertencentes a outras famílias lingüísticas. Repetidas incursões de "caçadores de índios escravos" causaram um deslocamento para oeste, entre 1820 e 1850, afastando os Kayapó do chamado "Triângulo do Tocantins".

Entretanto, por volta de 1850 dá-se a primeira fissão, originando o povo Gorotíre, que aos poucos alcançou o rio Xingu, e



o povo Irã-amrãne, que habitava as margens do rio Araguaia. Estes últimos ocuparam, com várias aldeias, os afluentes do rio Araguaia (Pau d'Arco, Arraias, Chicão etc.). Entre os anos de 1891 e 1897, missionários dominicanos se estabeleceram na região e foram atraídos para junto deles muitos colonos. A partir deste momento, uma série de epidemias acabou por dizimar a metade dos Irã-amrãne. Das cinco aldeias com população de 2.000 a 2.500 pessoas, em 1940, Curt Nimuendajú encontrou apenas seis sobreviventes. Também data do começo de 1800 a formação de outro grupo Kayapó, os Xikrín, que até hoje habitam os vales do Cateté e Itaicunas.

Quanto aos Kayapó no rio Xingu, as primeiras informações sobre eles remontam ao ano de 1750. Nos primeiros anos do século XIX se deu a separação do grupo dos Mekragnotí dos Gorotíre, quando ainda boa parte de seu conjunto estava na aldeia de Krã'ã bom, cinquenta quilômetros ao norte de *Pykatôtí*. Liderados por Motere, um grande grupo mudou para oeste, cruzando o rio Xingu, onde ergueram a aldeia de Arêrêkrê, entre o Xingu e o Iriri, procurando aproximar-se dos possíveis aliados Juruna que estavam ao sul, sempre nas margens do rio Xingu. É aqui que começa a história dos Mekragnotí, que significa literalmente "povo com a grande pintura vermelha no rosto", nome de uma das "casas dos homens", em Arêrêkrê.

### **Os Kayapó Meridionais**

As referências bibliográficas e documentais sobre os Kayapó Meridionais datam de meados do século XVI, quando

estão localizados nos aldeamentos jesuítas em torno da Vila de São Paulo. Os primeiros relatos apresentavam uma opinião favorável acerca dos Kayapó Meridionais, também denominados Ibirajara, de acordo com correspondência do padre José Anchieta ao fundador da Ordem dos Jesuítas, Inácio de Loyola, datada de 01 de setembro de 1554 (Monteiro, 1994, p. 228).

Durante a expedição de Belchior Dias Carneiro, realizada por volta de 1606 e 1607, têm-se notícias de ataques de grupos Kayapó Meridionais que trucidaram diversos colonos, sendo que esta expedição retornou ao povoado de origem ostentando centenas de índios do chamado "sertão dos Birleiros". Os portugueses usavam o escambo como forma de aproximação, numa expectativa utilitária em que "os amigos de hoje podem tornar-se os escravos de amanhã", tanto é que, ao lado de bugigangas como espelhos e contas, eram colocados também recipientes com aguardente. E este tipo de relação foi, provavelmente, o que marcou o início dos contatos com os Kayapó Meridionais - chamados na época de "birleiros" - e classificados como grupo Jê que ocupava uma longa faixa de terras a noroeste da vila de São Paulo. (Monteiro, 1994, p. 60-63).

Os paulistas, nos primeiros tempos, não visavam os Kayapó como escravos, dada a dificuldade em capturá-los. Eram descritos como guerreiros temíveis, conhecidos pela eficácia em trucidar os inimigos com golpes certos de bordunas na cabeça, ou que capturavam seus inimigos "com a intenção de comê-los" - segundo um relato do jesuíta Jacome Monteiro. Embora seja falsa a última afirmação - uma vez que não há indícios que os Kayapó tivessem o costume de praticar a antropofagia - pode-se ver que as relações

entre os portugueses e os índios passavam, provavelmente, pela troca de bugigangas e aguardentes por prisioneiros de outras etnias, capturados pelos guerreiros Kayapó.

Com a expansão da frente paulista de captura de mão-de-obra escrava, no decorrer dos anos, tornou-se mais freqüente o aparecimento de escravos Kayapó nos registros históricos. Um dos principais bandeirantes que acompanharam Bartolomeu Bueno da Silva, o Anhanguera, no descobrimento das minas de Goiás, o paulista João Leite da Silva Ortiz - fundador do povoado de Meia-Ponte, hoje a cidade de Pirenópolis (GO) - mencionou em seu testamento, em 1730, a presença de alguns escravos Kayapó, frutos da chamada "guerra justa" contra esses povos durante a colonização de Goiás (Monteiro, 1994, p. 137).

A partir do descobrimento destas minas, localizadas nas nascentes do rio Vermelho, um dos afluentes do Araguaia, o confronto com os índios da região tornou-se uma verdadeira guerra de extermínio. Os Goiá extinguiram-se e os Kayapó recuaram cada vez mais para o Norte e Oeste. Os registros históricos mencionam suas terras como sendo o sertão de Paraopeba, ou seja, a extensa área compreendida entre os rios Tocantins e Araguaia. Mais recentemente, as frentes de conquista empurraram-os para a região a oeste do Araguaia, entre este rio e o rio Xingu.

O antropólogo Terence Turner (1992, p. 313) afirma que o Kreen-Akarôre ou Paraná da serra do Cachimbo, pacificados e transferidos para o Parque do Xingu na década de 70, são um grupo sobrevivente dos Kayapó Meridionais. A aplicação dos mesmos nomes indígenas a vários povos distintos e de nomes diferentes para o mesmo grupo, tanto por parte de escritores europeus quanto

de informantes indígenas, reflete muitas das confusões que assolam a pesquisa etnohistórica em fontes dos séculos XVII, XVIII, XIX e até fontes do século XX.

## **Os Kayapó Setentrionais**

As primeiras referências sobre os Kayapó Setentrionais encontram-se em Ehrenreich (1984), que forneceu notícias sobre os grupos Gradaho<sup>5</sup>, Usikrin (Gorotíre) e Gavião. Coudreau foi quem produziu o primeiro histórico sobre os Kayapó, informando que os quatro grupos existentes em 1897, isto é, os grupos de Pau d'Arco - também denominados como Cayapó, Gorotíre; Xikrim (ou Chicrís) e Put-Karôt (ou Purucarús) eram bandos que originalmente formavam um único aldeamento ancestral. Os informantes de Irã'a-mrayre localizavam os Put-Karôt a oeste das aldeias de Pau d'Arco, situadas no alto do planalto de matas que limitava os Campos Gerais ao norte, e os Xikrín a noroeste, na grande floresta de Itaipava (Coudreau, 1897, p. 205-256).

As denominações Irã'a-mrayre, Gorotíre, Kokorekre, Djore e Put-Karôt correspondem a diferentes subgrupos (ver Quadro 1). O grupo ancestral Goroti-Kumrem deu origem a dois grandes subgrupos: os Gorotíre e os Pore-kru. Os Pore-kru dividiram-se em Put-Karôt, atuais Xikrín do Cateté e Xikrín do Pacajá, sendo que os Kokorekre e Djore são hoje grupos totalmente extintos. Os Gorotíre multiplicaram-se em novas sociedades: Kubenkrankêng, Mekranotire, Mentuktíre e outras.

Curt Nimuendajú estudou os grupos Ramkokamekrá, Apinayé, Xerente e apresentou, em 1940, um relatório ao Serviço

de Proteção aos Índios/SPI acerca de sua viagem aos Gorotíre. Também sobre os Gorotíre devem ser citados os trabalhos de Horace Banner (1961) e Simone Dreyfus (1963). Em relação à mitologia Kayapó encontram-se os trabalhos de Banner (1957), Métraux (1960) e Lukesch (1967).

A atual população, estimada entre 4.500 a 5.000 pessoas está próxima à dessas duas sociedades no final do século XIX. Os Gorotíre se dividiram por volta da virada do século XX. Um dos seus segmentos foi para o oeste do Xingu, dando origem às várias sociedades contemporâneas de Mekragnotí e Mentuktíre, no rio Xingu. O restante permaneceu no local original da aldeia, perto da cachoeira da Fumaça, no Riozinho do Afrísio, tributário da margem leste do Xingu.

A horda dos Kayapó Setentrionais estabelecida na bacia do rio Pau d'Arco, afluente do Araguaia, e à qual, como vizinha dos Karajá, se referia especialmente ao nome 'Kradaú', entrou pelos anos de 1860 e tantos em relações pacíficas com os habitantes de Santa Maria do Araguaia, relações estas que se estreitaram ainda mais com os esforços do general Couto de Magalhães<sup>6</sup> e, nos anos de 1890 e poucos, os de Frei Gil de Vilanova<sup>7</sup>, fundador da cidade de Conceição do Araguaia. (Nimuendajú, 1982, p. 219-220).

O diagrama 1, apresentado a seguir, demonstra as diversas sociedades que compõem o tronco lingüístico Macro-Jê e os diagramas 2 e 3 tratam dos resultados das cisões dos Kayapó Setentrionais segundo diferentes fontes de consulta.

DIAGRAMA 1 – TRONCO MACRO-JÊ

MACRO-JÊ			
<b>BORORO</b>	<b>KARAJÁ</b> 1. Karaja 2. Anáhe 3. Xambúa	<b>JÊ DO NORTE</b>	<b>JÊ</b> <b>JÊ DO PLANALTO CENTRAL</b> 1. Xorónte 2. Xorónte
<b>TIMBIIRA</b>	<b>KAYAPÓ</b>	<b>SUAÁ</b>	
<p>Timbira do Leste</p> <p>Grupos do Norte</p> <p>1. Gurupí</p> <p>2. Krejé</p> <p>3. Kuloikamelon</p>	<p>Timbira do Oeste</p> <p>1. Apinajé</p> <p>Grupos do Sul</p> <p>1. Conela;</p> <p>Apanelkra,</p> <p>Kenkostejé, e,</p> <p>Famakokamelon</p> <p>2. Kanikostejé</p> <p>3. Krahó</p> <p>4. Krepankostejé</p> <p>5. Krikati</p> <p>6. Krejé</p> <p>7. Goroós</p> <p>8. Pôrekamelon</p> <p>9. Nhyekwájé</p> <p>10. Shahamelon</p> <p>11. Fukohié</p> <p>12. Augutje</p> <p>13. Falsojé</p> <p>14. Mênin</p>	<p>Kayapó do Norte</p> <p>1. Krahó</p> <p>2. Gorotire</p> <p>3. Gradaó</p> <p>4. Iá-á-maire</p> <p>5. Pau d'Arco</p> <p>6. Pau-karít</p> <p>7. Mênengoléré</p> <p>8. JGárin</p> <p>9. Krwa-tire</p> <p>10. Kayapó</p> <p>(Obs: nesta coluna todos os índios se autodenominam Mênengoléré)</p>	<p>Kayapó do Sul</p> <p>1. Panará ou Kren-Akarore</p>
<p>Fonte: Dicionário Kayapó-Português-Kyapó, 1991, com dados retirados do Mapa etno-histórico do Brasil e regiões adjacentes de Curt Nimuendaju.</p>			

DIAGRAMA 2 – SUBDIVISÕES MEBENGOKRE

1800 Mebengokre (Kayapó Setentrionais)					
Pore-kry	Kokorekre		Goroti-kumrenx (1840)		
Put-karôt (1930)	Kokorekre	Djôre	Irã-amrãnhre		Gorotíre
Xikrín do Cateté	Xikrín do Bacajá				
1900					
Mekragnotí (1941)		Menokanê (1936)	Djudjetykti (1936)	Gorotíre (1935)	Kararaô (1940)
Mentyktíre (1947)				Kubenkrankêng (1936)	
Mentuktíre (1956)	Mekryre (1948) Mekryre Baú			Kokraimoro(1976)	
				Kikretum(1978)	
1981				A-ukre (1980)	
Kretire Jarina Mekragnoti Pykany Kubenkokre (1985)				Moikarakô (1995)	

Fonte: Dicionário Kayapó-Português-Kyapó, 1991, com dados retirados do Mapa etno-histórico do Brasil e regiões adjacentes de Curt Nimuendaju.

DIAGRAMA 3 – SUBDIVISÕES GOROTI-KUMREM

GOROTI-KUMREM	
(grupo ancestral)	
PORE-KRU	GOROTÍRE
PUT-KARÔT	KOKOREKRE
XIKRÍN CATETÉ	DJORE
E	(grupos extintos)
XIKRÍN PACAJÁ	KUBENKRANKÊNG, KARARAÔ, MENTUKTIRE, MEKRAGNOTÍ, BAÚ, entre outros

Fonte: Vidal, 1977:15.

A missão dominicana estabeleceu-se perto de Pau d'Arco e tornou-se um núcleo de povoamento regional. Os atritos com os colonos e as constantes epidemias levaram à extinção dos Pau d'Arco em quarenta anos. O grupo relativamente pequeno, denominado Djore, extinguiu-se durante o mesmo período e pelas mesmas razões.

Os Irã'a-mrayre trocavam animais (caititus) por ferramentas e miçangas com o forte que foi estabelecido em Santa Maria. Mantinham relações pacíficas com os missionários. Com o crescimento de um vilarejo em torno do forte e da missão, os conflitos começaram a aumentar e os Kayapó, então, romperam as relações comerciais e se mudaram para um lugar entre os rios Arraias e Pau d'Arco, tributários do Araguaia (Turner, 1992, p.314).

O processo de diferenciação dos diversos subgrupos chamou a atenção de vários pesquisadores, a começar por Vidal, que situa a divisão dos dois grupos ancestrais por volta do início do século XVII. A partir de 1897, segue um longo período durante o qual não há informações sobre estes grupos. A bibliografia esparsa existente e os depoimentos de pessoas mais idosas da região registram incursões de índios e expedições punitivas dirigidas contra as aldeias Kayapó, na época da borracha e mais tarde da castanha. Faltam entretanto informações mais concretas (Vidal, 1977, p.17).

### **Os Mebengokré<sup>8</sup> e o contato interétnico**

Havia uma extensa rede de comércio entre os índios que viviam nas terras baixas amazônicas com os habitantes do planalto



andino nas épocas pré-colombianas. Essas rotas comerciais serviam também como uma rede de transmissão de vários tipos de doenças, bacterianas e viróticas, transportadas para o interior, muito antes do primeiro contato cara a cara com os europeus.

Os primeiros "brancos" a visitarem os *Mebengokré* encontrou-os já de posse de vestimentas, adornos europeus, armas, contas de vidro (miçangas), machados, panelas e, provavelmente, de doenças européias.

Parece-nos, portanto, que os estudos etnohistóricos deveriam ser reavaliados à luz de um entendimento profundo e sofisticado da natureza do "contato" e correspondente transmissão de valores e doenças.

O contato inicial com os *Mebengokré* foi realizado, principalmente, porque os índios estavam demasiadamente enfraquecidos pela doença para poder resistir aos brancos. O primeiro grupo *Mebengokré* contatado declinou de 350 habitantes para 85 durante os seis primeiros meses posteriores a esse contato inicial. (Verswijver, 1985).

## **A Origem segundo a mitologia indígena<sup>9</sup>**

O universo na concepção dos *Mebengokré* é composto de várias camadas (*pyka*) circulares sobrepostas como um ninho de vespas (*amjy*). O *pyka*, onde hoje moram os *Mebengokré*, foi descoberto por um caçador de uma camada superior, ao cavar um buraco seguindo um tatu. Os antepassados desceram então para esse *pyka* através do buraco utilizando um cordão de algodão. Nem todos tiveram coragem para descer: as fogueiras dos que ficaram

são hoje visíveis como estrelas no céu. Tendo descido ao centro da camada inferior, construíram a primeira aldeia circular à imagem do buraco e das camadas do ninho de *amjy*.

O *mekutom*<sup>10</sup> simboliza o universo dos *Mebengokré*: acima estão as camadas do mundo superior. As penas representam os raios do rosto do sol, as três mais alongadas sendo o nariz e os olhos, enquanto as laterais retratam as orelhas.

A vareta simboliza o cordão utilizado pelos antepassados para descer a este mundo. A parte mais elevada o *mekutom* é circular; o seu ponto central simboliza o centro do mundo marcando a localização da primeira aldeia. O caminho do sol nesse mundo é representado pela faixa vermelha, unindo o nascente ao poente. Os braços da peça indicam as orientações norte e sul, onde simbolicamente se situam as roças (Posey, 1987, p. 44).

## O mito do buraco no céu<sup>11</sup>

Lá na terra do céu um índio cavou um buraco de tatu. O tatu caiu pelo buraco. Pelo buraco o índio viu a terra daqui, com muito buriti. Era nos campos. Os índios todos juntos se amarraram com um cinto de linha vermelha e preta (*meprê*). Amarraram num pau e desceram. Uma vez na terra cortaram o *meprê* que o vento levou. Lá em cima não ficou ninguém. (Lukesch, 1967).

Os mitos *Mebengokré* também falam da diferenciação dos povos Jê como tendo ocorrido na região situada entre os rios Araguaia e Tocantins. Segundo o mito "A Derrubada do Milho"<sup>12</sup>, os ancestrais dos Jê viviam como um só grupo nessa área, até

descobrirem uma grande árvore nas margens do Tocantins, da qual nasciam espigas de milho. Derrubaram a árvore obtendo assim o milho como planta de cultivo, mas, à medida em que recolhiam as sementes, começaram a falar línguas diferentes e se separaram nos diversos grupos Jê atuais. Relatos portugueses do século XIX falam de vários povos Jê distintos habitando a área entre o rio Tocantins e o rio Araguaia. (Turner, 1992, p.313).

O relato etno-histórico de Verswijver (1978<sup>a</sup>) apresentou, nos grupos Mekragnotí, desde o seu surgimento em 1905 até a sua pacificação, por volta da década de 50, cerca de oitenta e duas mudanças de aldeia e forneceu dados sobre expedições guerreiras. Os Mekragnotí Setentrionais se separaram em 1941 e foram pacificados em 1957; os Mekragnotí Centrais e Meridionais se separaram em 1952 e foram pacificados em 1958 e 1953, respectivamente. O que sugere definir os *Mebengokré* como "seminômades", segundo Verswijver (1978) e Turner (1992).

As equipes de pacificação que se aproximaram dos Mekragnotí com os presentes de hábito - panelas, machados e redes - não estavam nem instaurando o seu contato com a sociedade nacional nem instituindo novas necessidades entre os Kayapó. Para os Kayapó, a pacificação era, antes de tudo, um meio mais conveniente de suprir as necessidades que já tinham. Era vista, basicamente, como uma continuação da guerra por outro meios. A guerra significava dependência em relação à sociedade nacional por seu bens. Porém, a pacificação não marcou o início da dependência político-econômica dos Kayapó em relação à sociedade nacional, antes uma modificação na forma política dessa dependência. Os grupos que reagiram com entusiasmo

aos primeiros gestos de funcionários portadores de panelas, não o fizeram porque lhes faltassem panelas, muito pelo contrário, porque já as tinham e, tendo aprendido a precisar delas, estavam dispostos a adotar um meio mais fácil de conseguir mais. (Turner, 1992, p. 329-330).

Os Gorotíre estabeleceram relações pacíficas com a sociedade nacional em 1937, quando o SPI nomeou Pedro Silva encarregado dos índios, mandando-lhes alguns presentes. Nimuendaju relatou que, em março de 1937, os Gorotíre chefiados por Tekoére apresentaram-se pacificamente, em número de 800, aos moradores de Nova Olinda, localizada próxima ao rio Fresco. Fizeram acampamento no Riozinho onde a quarta parte deles morreu de gripe (Nimuendajú, 1982, p.221). Depois, envolveram-se num padrão de hostilidades crescentes em relação aos outros grupos Kayapó e à sociedade envolvente. O período da primeira metade deste século foi marcado por ataques constantes e fragmentação dos grupos. A motivação original para a intensificação, como observa Turner (1966), foi a busca de armas de fogo. Desde o início, outras mercadorias, tais como feramentas, miçangas e tecido, eram também trazidas pelas expedições guerreiras.

### **Localização e distribuição espacial**

Os *Mebengokré* vivem em aldeias circulares com uma casa dos homens, *ngobe*, no centro, usam pintura corporal e roupas concomitantemente, cozinham com panelas de alumínio e usam colheres e copos. Possuem o hábito de adquirir bens manufaturados como o sal, o açúcar, o café, além de tecidos, miçangas, armas, ferramentas, isqueiros etc. Mas, apesar do contato efetivo com a

sociedade envolvente, consideram-se um grupo social, cultural e lingüísticamente distinto. Ainda preservam o ciclo de festas e rituais dos seus antepassados.

Os índios Kubenkrankêng da Terra Indígena Badjônkôre encontram-se distribuídos em dois Postos Indígenas de Vigilância denominados Kranhãmpare e Ngônôkâket. Lembrando que cada posto indígena de vigilância é a semente de uma nova aldeia, de acordo com a estrutura interna de crescimento e os critérios de proteção e vigilância do território tradicional contra o avanço de possíveis ocupantes não-índios.

O Posto Indígena de Vigilância Kranhãmpare possui cinco casas familiares, somando um total de 55 (cinquenta e cinco) pessoas efetivamente residentes e está localizado a cerca de 5 km do igarapé Trairão. Este PIV possui uma pista de pouso para aeronaves de pequeno porte, além de um curral para o gado manso, uma casa destinada a guardar os materiais utilizados no trato dos animais, próxima ao curral, duas grandes roças e um cemitério.

O Posto Indígena de Vigilância Ngônôkâket possui apenas duas casas familiares e uma terceira casa destinada ao fabrico de farinha de mandioca, somando um total de 27 (vinte e sete) pessoas distribuídas em três famílias nucleares. Possui ainda um cemitério tradicional e um sítio arqueológico onde são encontrados facilmente vestígios deixados por seus ancestrais, como por exemplo pedaços de utensílios feitos de barro. Situado à margem direita do rio Xingu, próximo ao rio da Paz, um dos afluentes da margem esquerda do rio Xingu, o Posto Indígena de Vigilância Ngônôkâket possui, ainda, uma pista de pouso e uma roça.

## **Calendário ecológico**

Os *Mebengokré* iniciam o seu ano no *ngô ngrà* (vazante) com atividades agrícolas que se estendem por quase todo o calendário ecológico até a maturação do milho. Segue-se o período da colheita e, com a queda dos frutos silvestres, os animais são atraídos, propiciando a época de caça que coincide com o *ngô tàm* (cheia). Em seguida, há um pequeno período de maior atividade de lazer e conveniência familiar, ao fim do qual, com a queda do nível das águas do rio (vazante), intensifica-se a atividade de pesca. E, com a vazante, inicia-se um novo ano.

O início do ano é marcado pelo cerimonial *bemp*, que se estende durante quatro luas: do surgimento do *bemp nhõ djà* - largas faixas coloridas que partem o sol poente, até a ocorrência das primeiras chuvas. Ao final do cerimonial *bemp*, pode-se ver no meio do céu, antes do sol nascer, o *ngrôt kryre*, ou punhado de cinzas, formado pelo aglomerado de sete estrelas, as Plêiades, situadas na constelação de Touro.

Diferentes épocas do ano são acompanhadas da realização de *metôro*, cerimoniais de caráter sazonal e de grande importância na vivência e na identidade social do grupo. A divisão das tarefas segue o critério sexual, sem fugir à regra das demais comunidades Kubenkrankêng, cabendo à mulher carregar os fardos, a lenha e transportar os alimentos cultivados nos roçados para as casas.

## **Atividade agrícola**

Os Kubenkrankêng desenvolvem, principalmente, o cultivo do milho e das diversas espécies de batatas, além de lavouras de

mandioca, banana, urucu, abóbora, melancia, cará, arroz e algodão, plantadas em grupos e dispostas bem ordenadas por quase dois quilômetros às margens de um pequeno curso d'água.

As práticas agrícolas nas sociedades indígenas são comumente consideradas como rudimentares, atividades que incluem trabalhos simples destituídos de técnica aparente. Os estudos desenvolvidos ultimamente nesse sentido têm demonstrado o contrário. Além da derrubada da vegetação, queimada e conseqüentemente o plantio, inúmeros outros cuidados são observados na agricultura indígena.

São inúmeros os exemplos de conhecimento ecológico das culturas indígenas que se pode apontar, uma vez que cada grupo indígena possui seus costumes, que de um modo ou de outro funcionam para preservar os recursos naturais.

O antropólogo Darrel Posey, estudando os *Mebengokré*, mostrou a preocupação desse povo com a preservação da natureza, utilizando, para isso, não só um planejamento rigoroso nas suas práticas agrícolas, como também técnicas naturais altamente desenvolvidas, se comparadas à dependência da sociedade envolvente aos defensivos químicos.

Os Kayapó, por exemplo, acreditam que existe um equilíbrio entre os espíritos dos animais, dos homens e das plantas. Se os homens abusarem dos recursos da floresta, a harmonia será destruída e chegarão doenças para toda a tribo. Para eles, nenhum aspecto da vida tribal é mais importante que o equilíbrio ecológico.

E, sobre as lavouras dos *Mebengokré*, o autor acrescenta: [...]*as roças possuem sempre cobertura vegetal, o que*

impede a erosão do solo e a insolação excessiva. Dentro das roças é grande a variedade de plantas e sua distribuição evita o aparecimento de insetos e outras pragas. Outro conhecimento nativo sobre a agricultura é que o plantio se faz de maneira a aproveitar ao máximo o solo, de acordo com as plantas e as condições do terreno. Assim cada planta pode aproveitar melhor as propriedades que lhe servem.

As faixas de florestas conservadas entre as roças servem ao mesmo tempo de "corredores naturais" prestando-se ao uso como refúgio por plantas e animais, facilitando a reconstituição da fauna e da flora. Isto denota planejamento e permite a conservação das reservas, proporcionando que haja produção com aproveitamento máximo dos recursos e sem dano ao meio. (Posey, 1984, p.45).

Apesar de pouco estudada, a agricultura indígena representa um arsenal de conhecimentos acumulados ao longo de um grande período de tempo. O estudo detalhado de seus sistemas agrícolas alternativos poderia nos auxiliar na racionalização de técnicas mais naturais e menos nocivas ao aproveitamento e exploração dos recursos.

## **Pecuária**

A partir do contato com a sociedade envolvente, os *Mebengokré* passaram a adquirir noções de pecuária e a dominar técnicas de manejo com o gado bovino. Com a introdução das atividades criatórias, novas demandas foram surgindo em decorrência do trato com os animais. Atualmente, no Posto Indígena



de Vigilância Kranhãmpare, há um índio-vaqueiro, que aprendeu as tarefas com outro vaqueiro (regional) contratado para essa finalidade. Este índio-vaqueiro conta com o auxílio de outros três índios-aprendizes de vaqueiro, que desejam dominar as técnicas de manejo para poder substituí-lo quando for necessário ou tratar do gado de outras aldeias, caso seja convocado pelas lideranças.

Além do gado bovino, aproximadamente 80 (oitenta cabeças), o Posto Indígena de Vigilância Kranhãmpare possui cerca de 20 (vinte) búfalos amansados, que vivem no curral, afastado das casas de famílias, e um número aproximado de duzentos búfalos selvagens que vivem soltos nas matas próximas ao Posto Indígena de Vigilância.

O Posto Indígena de Vigilância Ngônôkâket também possui gado bovino, cerca de 40 (quarenta) cabeças, porém ainda são criados soltos, sem um local específico para o seu respectivo manejo, o que causa todo o tipo de inconveniente para os próprios índios, que têm que observar suas crianças e seus pertences (como roupas, sabão, etc) para não serem vítimas dos animais.

### **Caça, pesca e coleta**

A caça possui lugar privilegiado nas atividades cotidianas masculinas. Normalmente, as caçadas são coletivas e planejadas quando antecedem os cerimoniais (metôro) do calendário de festas tradicionalmente cultivadas pelos *Mebengokré*, mas alguns caçadores costumam praticá-la individualmente quase que diariamente, sempre acompanhados por cachorros. Os animais mais apreciados são: a onça, a anta, a capivara, a queixada (porco), entre

outros. Durante a permanência do grupo técnico em campo foram capturadas e abatidas três onças pintadas e uma onça preta que ameaçavam o gado, mas nenhuma serviu de alimento, pois os Kubenkrankêng não gostam da sua carne, preferindo, em épocas de escassez de alimentos, abater um boi ou uma vaca para o sustento da comunidade indígena.

A pesca é desenvolvida nos rios e igarapés próximos às casas, no caso do Posto Indígena de Vigilância Kranhãmpre, utilizam o igarapé Trairão e os pequenos igarapés que circundam a área. Os índios do Posto Indígena de Vigilância Ngônôkâket utilizam o rio Xingu e seus afluentes, como por exemplo o rio da Paz, e dos igarapés localizados próximos ao Posto Indígena de Vigilância Ngônôkâket. Os instrumentos mais utilizados na pesca são o anzol e a linha de *nylon*, adquiridas nos mercados regionais, e as canoas equipadas com motor de rabeta.

Coletam o açaí, o babaçú, a andiroba, entre uma variedade de coquinhos, são também muito apreciados pelos índios, além da envira para confecção de artesanatos, a exemplo de paneiros, cocares, palhas para a cobertura de suas casas, lenha para abastecer as foqueiras familiares, e privilegiam a coleta do mel e da cera de abelha.

Os mais importantes rituais *Mebengokré* são aqueles associados à iniciação e à nomeação. Os nomes cerimoniais são trazidos pelos xamãs da aldeia. Eles entram em contato com os animais, que lhes dizem quais os nomes serão dados às pessoas. Um xamã pode falar tanto com animais quanto com os elementos da natureza. Geralmente, os nomes cerimoniais para os homens são: Bep, Tòkòk e Katob. as mulheres são: Bekwe, Nhiok, Ire, Kôkô e

Ngrei. Cada um desses nomes-prefixo é seguido de um sufixo que serve de nomenclatura individual. Por exemplo: Bep-to, Bepdjare, Nhiokbeiti. As pessoas que têm o mesmo nome não apresentam necessariamente laços especiais entre si. Nunca atuam como grupo corporativo, a não ser na própria cerimônia de transmissão dos nomes.

## **Levantamento Fundiário**

### **- Fazenda Fortaleza**

A área do imóvel rural denominado Fazenda Fortaleza está totalmente inserida dentro dos limites da proposta de identificação da terra indígena. Implantada, em 1980, pela IMPAR - Indústria Madeireira Paraense e Agropecuária Ltda, gerenciada por um dos sócios da indústria, Sr. Luís Inácio, e titulada através de Títulos Definitivos expedidos pelo governo do estado do Pará, em 1986.

Essa fazenda encontra-se desativada há pelo menos dez anos, ou seja, desde que foi vendida aos adquirentes Srs. Francisco Rosa e Walter Antonio Carneiro, em 1988, embora só tenha sido escriturada em março de 1989, e registrada no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Altamira (PA) em maio do mesmo ano. Alguns meses após a venda, os índios Kubenkrankêng, que sempre mantiveram presença efetiva na região, liderados pelo cacique Pangrá Kayapó, expulsaram os proprietários recém-adquirentes e se instalaram definitivamente no local, criando o Posto Indígena de Vigilância Kranhãmpare.

Constrangidos com a expulsão da fazenda e com receio de retornarem ao local, os novos proprietários nomearam um procurador, Sr. Eloísio Viana de Oliveira, no intuito de retomarem o imóvel sob

o poder dos índios. A partir desse momento o conflito fundiário se acirrou na região. A participação do Sr. Eloísio V. Oliveira, que tenta retomar a fazenda de qualquer maneira, só contribuiu para aumentar as relações hostis entre índios e fazendeiros já sedimentada na região. Ocorre que, para os índios, o tal procurador possui fama, na região, de praticar diversas "grilagens" de terras e em participar de grupos de "pistolagem".

De acordo com as informações obtidas junto aos índios da comunidade do Posto Indígena de Vigilância Kranhãmpare e do Sr. Luís Inácio, ex-gerente da IMPAR, no período em que a fazenda pertencia àquela indústria, as relações entre o grupo indígena e os proprietários eram relativamente cordiais, inclusive era permitido o trânsito e até o pernoite dos índios no local sem quaisquer restrições. Com a venda do imóvel essa situação se inverteu totalmente, os novos proprietários, mesmo tendo um conhecimento prévio da presença dos índios no local, foram contundentes em proibi-los de transitar na área. A partir daí, iniciou-se um longo período de intenso conflito entre os índios e os fazendeiros, que perdura até os dias atuais.

Apenas para citar alguns exemplos da gravidade da situação, em 1997, a liderança do Posto Indígena de Vigilância Kranhãmpare, cacique Pangrá Kayapó, reteve no PIV quatro ditos vaqueiros, contratados pelo Sr. Eloísio V. Oliveira para ingressarem na área sob a alegação de arrebanharem o gado búfalo deixado na fazenda desde a venda do imóvel pela IMPAR. A FUNAI instituiu uma equipe técnica pela Instrução Executiva nº 025/PRES, de 13 de agosto de 1997, objetivando solucionar o conflito e proceder estudos preliminares sobre a área de ocupação da comunidade indígena junto ao limite leste/sudeste da Terra Indígena Kayapó, que

subsidiaram os trabalhos realizados por este Grupo Técnico.

No início do ano em curso, desta vez na cidade de Redenção-PA, vários índios dos diversos grupos Kayapó, liderados pelo cacique Pangrá Kayapó, detiveram o próprio Sr. Eloísio V. Oliveira, sua esposa e outros acompanhantes no instante em que esses tentavam entrar em um avião com destino ao Posto Indígena de Vigilância Kranhãmpare, e os levaram ao Núcleo de Apoio Local da FUNAI em Redenção, envolvendo servidores daquele Núcleo e mantendo-os presos por um período de 2 dias.

Somente após a intervenção pessoal do Presidente da FUNAI, juntamente com agentes do Departamento de Polícia Federal na solução do impasse, a situação foi contornada. Ressalta-se que esta ocorrência foi um dos principais determinantes que levou a FUNAI a providenciar com a devida urgência a formação deste Grupo Técnico, independente da programação anual da Diretoria de Assuntos Fundiários, para a identificação e delimitação das terras indígenas.

Outro fato que merece algumas considerações diz respeito ao gado búfalo selvagem deixado na área da Fazenda Fortaleza, quando da venda do imóvel. De acordo com as informações prestadas pelo ex-gerente da empresa IMPAR, Sr. Luís Inácio, cinco anos após a implantação da fazenda, ou seja, em 1985, levaram para o imóvel cerca de 900 (novecentas) cabeças de gado búfalo, entre as quais 600 (seiscentas) matrizes. Com a venda da fazenda foram retiradas em torno de 1.200 (mil e duzentas) cabeças de búfalos, apenas 20 (vinte) matrizes entraram no negócio, e restaram aproximadamente 120 (cento e vinte) cabeças de búfalos, que já haviam se tornado selvagens e de difícil captura.

Durante a vistoria em campo, o Grupo Técnico encontrou alguns grupos de búfalos arredios, não sendo possível precisar a quantidade. Vários números sobre a quantidade de búfalos já foram fornecidos tanto pelos índios quanto por vaqueiros, fazendeiros da região e pelo principal interessado, Sr. Eloísio V. Oliveira. No entanto, o que podemos afirmar é que os dados quantitativos apresentados são todos incertos.

Diversos acordos e termo de intenções foram celebrados em diferentes momentos, entre os índios Kayapó a FUNAI e o Sr. Eloísio V. Oliveira, à exemplo do último acordo firmado em 18 de janeiro de 1998, cópia no Anexo 7, objetivando a captura e a retirada desses animais, porém, diante da situação aqui relatada e da forma em que esses acordos foram elaborados, nunca foram cumpridos e apenas serviram para intensificar o conflito fundiário.

### **- Fazenda Agropecuária Santa Cruz S/A**

A área do imóvel rural denominado Fazenda Santa Cruz, que está inserida dentro dos limites da proposta de identificação da terra indígena, é apenas parte do lote nº 35 do Setor G, com aproximadamente 430,00 ha (quatrocentos e trinta hectares), nesta porção da área incidente não há benfeitorias.

Implantado à aproximadamente 12 anos, este imóvel consiste em uma das únicas fazendas estruturadas e em pleno funcionamento na região, com uma extensa área de pastagem de aproximadamente 1.400,00 ha (um mil e quatrocentos hectares) e um quantitativo de rebanho bovino em torno de 1.600 (um mil e seiscentas) cabeças, além de um volume expressivo de benfeitorias residenciais e não

residenciais, segundo informações prestadas pelo gerente do imóvel Sr. Francisco de Paula da Silva, e constatado pelo próprio Grupo Técnico nas diversas vezes em que se deslocou ao imóvel.

De acordo com as informações obtidas junto aos índios da comunidade do Posto Indígena de Vigilância Kranhãmpare e do gerente da fazenda, as relações entre o grupo indígena e os proprietários são amistosas, os índios freqüentam a Fazenda Santa Cruz periodicamente, sempre num clima de respeito mútuo, inclusive o próprio cacique Pangrá Kayapó é amigo pessoal de um dos sócios proprietários, Sr. Francisco Tamar Knak, da empresa Empreendimentos e Construções Knak Ltda, de Santa Cruz do Sul (RS).

Os proprietários da Fazenda Santa Cruz solicitaram à FUNAI um atestado administrativo negativo, à época denominado de certidão negativa, de ocupação indígena sobre o imóvel rural, mais especificamente sobre os Lotes n<sup>os</sup> 35 e 36, o qual foi concedido sob o n<sup>o</sup> 0035, de 19 de setembro de 1986, constante à fls. 46, do Processo FUNAI/BSB/0340/86.

#### **- Fazenda Gauchinha**

A área do imóvel rural denominado Fazenda Gauchinha, que está inserida dentro dos limites da proposta de identificação da terra indígena, é praticamente a totalidade do imóvel, ou seja, de um total de 2.900,00 ha (dois mil e novecentos hectares), 2.800,00 ha (dois mil e oitocentos hectares) incidem na terra indígena. As poucas benfeitorias encontradas, durante a vistoria do Grupo Técnico, ficaram encravadas nos 100,00 ha (cem hectares ) restantes.

A Fazenda Gauchinha, de propriedade do Sr. Edgar Henel Röwer, encontra-se desativada e em caráter de abandono há alguns anos. Na realidade, segundo informações obtidas junto aos índios da comunidade do Posto Indígena de Vigilância Kranhãmpare, este imóvel foi implantado com a finalidade primordial de extração de madeira de lei. Quando realizamos a vistoria no local, encontramos além de uma casa de madeira abandonada, equipamentos de uma serraria (fotos anexa), supostamente sem funcionamento.

Mantivemos contato na cidade de Redenção com o proprietário, que informou aos membros do Grupo Técnico que a serraria estava definitivamente desativada. Disse-nos ainda que o imóvel possui um financiamento, tipo cédula hipotecária, junto ao Banco do Brasil S/A, agência de Redenção (PA), com um débito equivalente a 57.684 kg de arroz de sequeiro, tipo 2.

## **CONCLUSÃO E PROPOSTA DE DELIMITAÇÃO**

### **Estudos e levantamentos preliminares**

Diante do exposto acima, somado ao pleno conhecimento por parte da FUNAI das reivindicações dos índios Kubenkrankêng de uma área que atenda suas necessidades socioculturais, consideramos urgente e necessário que a FUNAI e as instâncias superiores do poder público assegurem a continuidade do procedimento administrativo de regularização fundiária da Terra Indígena Badjônkôre.

Cabe-nos lembrar o que dispõe o art. 231 § 6º da Constituição Federal de 1988, sobre as terras que tradicionalmente são ocupadas pelos índios:



(...) são nulos e extintos, não produzindo efeitos jurídicos, os atos que tenham por objeto a ocupação, o domínio e a posse das terras a que se refere este artigo, ou a exploração das riquezas naturais do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes, ressalvado relevante interesse público da União, segundo o que dispuser lei complementar, não gerando a nulidade e a extinção direito a indenização ou a ações contra a União, salvo, na forma da lei, quanto às benfeitorias derivadas da ocupação de boa-fé.

De acordo com os dados já enunciados na Introdução, e em atendimento à determinação da Instrução Executiva nº 025/PRES, de 13 de agosto de 1997, dois dos membros do nosso Grupo Técnico PP 125/PRES/98 participaram dos estudos preliminares sobre a reivindicação indígena de ampliação das terras situadas próximas ao limite leste/sudeste da Terra Indígena Kayapó (PA), englobando áreas limítrofes à Terra Indígena Mekragnoti (PA), localizadas ao longo da margem direita do alto e médio curso do rio Xingu até alcançarem a região situada no extremo norte/nordeste da Terra Indígena Capoto/Jarina (MT), passando pela confluência dos rios Xingu e Liberdade, denominada *Kapot-ninore*, de interesse do grupo Mentuktíre.

O produto final apresentado pela equipe técnica IE/025/PRES/97, contido nos autos do Processo FUNAI/BSB/2412/97, contribuiu para o esclarecimento da situação e sugeriu a formação de um grupo técnico de identificação e delimitação tendo em vista o caráter histórico da ocupação indígena naquela região e os critérios técnicos que indicavam a procedência de tais reivindicações indígenas.

Portanto, este Relatório foi elaborado a partir dos levantamentos realizados desde o segundo semestre de 1997, estendendo-se ao longo do ano em curso, visto que o Grupo Técnico dispendeu 45 (quarenta e cinco) dias nos trabalhos em campo e 5 (cinco) meses na confecção deste Relatório.

Ressalta-se que a participação ativa dos índios Kubenkrankêng durante a coleta de dados e informações em campo teve importância fundamental para o bom andamento dos trabalhos e para aprofundar, junto às lideranças indígenas, as questões que envolvem o procedimento de regularização fundiária e determinam a sua caracterização.

### **Descrição dos limites identificados<sup>13</sup>**

O conceito de terras tradicionalmente ocupadas pelos índios prescrito no art. 231, da Constituição Federal de 1988 está consubstanciado pelas quatro situações previstas, a saber, “aquelas por eles habitadas em caráter permanente; as utilizadas para as suas atividades produtivas; as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários ao seu bem-estar; e as necessárias a sua reprodução física e cultural, todas concomitantemente segundo os seus usos, costumes e tradições” norteou a seguinte proposta de limites para a Terra Indígena Badjônkôre, com superfície total de 221.981,6373 ha e perímetro de 293.026,07 m.

Ao norte, partindo do ponto localizado na confluência do rio Xingu com o igarapé Trairão, segue-se pelo referido igarapé, a montante, até o ponto localizado a 124,66 metros da cabeceira do referido igarapé. Daí, segue-se por uma linha seca até o ponto

definidor do lote nº 23, do Setor G, da Gleba Altamira VI, do Projeto Integrado Trairão, definido anteriormente pelo Instituto de Terras do Pará/ITERPA.

A leste, deste ponto segue-se por uma linha seca até o segundo ponto, do limite entre o lote anterior com o lote nº 35, do Setor G, da Gleba Altamira VI, do referido projeto estadual. Segue-se por uma linha seca, rumo Oeste, até alcançar o limite entre os lotes nº 35 e nº 34sul do Setor I. Daí, segue-se por uma linha seca, ao sul até alcançar o ponto localizado à margem direita de um igarapé sem denominação, afluente da margem esquerda do rio Turvo. Segue-se ao encontro do próprio rio Turvo (também denominado Dourado ou Ariranha). Deste ponto, segue-se por um igarapé sem denominação, afluente da margem direita do rio Turvo, a montante, até a sua cabeceira. Daí em diante, segue-se por uma linha reta até a cabeceira do igarapé Palha do Buriti. Segue-se, então pelo referido igarapé, a jusante, até a sua confluência com o ribeirão Cuia Quebrada. Segue-se pelo referido ribeirão, a jusante, até a confluência deste com o rio da Paz.

Ao sul, do ponto antes descrito, segue-se pelo rio da Paz, a jusante, até o ponto localizado na confluência deste com o rio Xingu. A oeste, do ponto antes descrito, segue-se pela margem direita do rio Xingu, a jusante, até o início desta descrição.

Portanto, no limite leste da Terra Indígena Badjônkôre, procuramos adequar as áreas ocupadas em caráter permanente, ora seguindo o traçado dos cursos d'água existentes, ora respeitando a demarcação realizada pelo ITERPA na época do loteamento do Projeto Integrado Trairão, especialmente com relação à Fazenda Agropecuária Santa Cruz S/A, a qual os próprios índios respeitam os limites já existentes.

## Recomendações

Tendo em vista as dificuldades em ajustar as reivindicações iniciais com a presente proposta de superfície para a Terra Indígena Badjônkôre, faz-se necessária a participação dos índios Kubenkrankêng na equipe técnica que deverá se responsabilizar pelos trabalhos de demarcação topográfica da área. Alertamos, ainda, para que esta futura equipe não utilize como base de operações nenhuma das sedes de fazendas limítrofes à terra indígena, sejam próximas ou não dos Postos de Vigilância Kranhãmpare ou Ngônôkâket. Esta recomendação visa a evitar possíveis ocorrências indesejáveis, como conflitos ou enfrentamentos entre índios e não-índios.

Sugerimos a instalação de pelo menos mais dois postos indígenas de vigilância (PIVs), na região do rio da Paz e na do ribeirão Cuia Quebrada, impedindo assim o avanço de futuras frentes agropastoris que poderão empreender atividades prejudiciais ao meio ambiente, colocando em risco a preservação dos recursos naturais dos quais os índios necessitam para sua sobrevivência.

Por fim, recomendamos que seja providenciado um programa de assistência sanitária, médica e educacional que atenda às necessidades, observando as particularidades da sociedade Kubenkrankêng.

## Notas

<sup>1</sup> A Terra Indígena Badjônkôre está situada em região ao alcance da assistência prestada pela Administração Executiva Regional/AER de Redenção.

Denominação: Terra Indígena Badjônkôre

Superfície: 221.981, 6373 ha; Perímetro: 293.026,07 m

Base cartográfica: MI-1415, MI-1416, MI-1492 e MI-1493

Localização: municípios de São Félix do Xingu e Cumarú do Norte, estado do Pará.

Via de acesso: via fluvial, pelo rio Xingu; via aérea, em aeronaves de pequeno porte; via terrestre, somente no verão, pelas estradas das fazendas, partindo da cidade de Redenção.

Aldeias: Kranhãmpare e Ngônôkanket.

Grupo indígena: Kayapó, subgrupo Kubenkrankéng

<sup>2</sup>Antropóloga-Coordenadora (GT PP 125/PRES/98)

Coordenação de Delimitação e Análise/CDA

Departamento de Identificação e Delimitação/DEID

Diretoria de Assuntos Fundiários/DAF/FUNAI

<sup>3</sup>Mebengokré significa literalmente “gente do espaço dentro da(s), ou entre a(s) água(s)” (Turner, 1992, p.311) ou, ainda, “povo do olho d’água” (Posey, 1987, p. 13).

<sup>4</sup>Os antropólogos ligados ao Harvard Central-Brazil Research Project para os grupos Jê são: Maybury-Lewis (1967), coordenador do projeto; Turner (1966); Bamberger (1967), Carter Lave (1967); Newton (1971), Melatti (1970) e Da Matta (1972). Mais tarde, outros antropólogos trabalharam com estas sociedades: Vidal (1972), Seeger (1974) e Carneiro da Cunha (1975). (Vidal, 1977, p.9).

<sup>5</sup>Gradaho, Cradahó, Gradau, Kradaú são termos Karajá para os Kayapó (Vidal, 1977, p.13).

<sup>6</sup>Segundo Nimuendajú (1982, p.220), Couto de Magalhães fundou o Colégio Isabel, no Araguaia manteve alunos provenientes da aldeia Gorotíre.

<sup>7</sup>Frei Gil de Vilanova realizou três viagens aos Kayapó de Pau d’Arco, nos anos 1891, 1896 e 1897.

<sup>8</sup>Utilizaremos a autodenominação Mebengokré quando nos referimos ao grande grupo Kayapó para diferenciar quando o texto se refere ao subgrupo Kubenkrankéng, foco principal deste Relatório.

<sup>9</sup>Extraído do mito “A Descida do Céu” (Vidal, 1977, p.206).

<sup>10</sup>Capacete de betume, pintado em vermelho e branco. Enfeite de tala prendendo um cocar com armação de taboquinhas cobertas com fios de algodão e penas de arara vermelha e azul e de papagaio, de uso masculino.

<sup>11</sup>Este é o mito sobre a origem dos Mebengokré.

<sup>12</sup>Outro mito que trata da diferenciação das línguas, descrito por Lukesch, 1967.

<sup>13</sup>Observa-se que a base cartográfica utilizada nesta descrição foram as cartas topográficas do IBGE-1986, n<sup>o</sup>s MI-1415, MI-1416, MI-1492, MI-1493, na escala geográfica de 1: 100.00

## Referências bibliográficas

AFFONSO, Carmen. Relatório sobre a situação observada no PI Gorotíre em relação aos problemas de terra. Brasília: MINTER/FUNAI, 1982.

ATAÍDES, Jézus Marco de. Sob o Signo da Violência: colonizadores e Kayapó do Sul no Brasil Central. Tese de Mestrado em História. Goiânia: UFG, 1991. (Dissertação de Mestrado).

BAMBERGER, Joan. Environment and cultural classification: a study of the Northern Kayapó. Massachusetts: University Cambridge, 1967. (Tese de Doutorado).

BANNER, Horace. A Casa dos Homens Gorotíre. Revista do Museu Paulista, São Paulo, v. 6, p.455-459, 1952.

\_\_\_\_\_. Mitos dos Índios Kayapó. Revista de Antropologia, São Paulo, v.5, n.1, p. 37-66, jun., 1957.

\_\_\_\_\_. Os Kayapó em seu Acampamento. Revista do Museu Paraense Emílio Goeldi, Belém, n. 13, p. 1-51, set., 1961.

GALVÃO, Eduardo. Encontro de sociedades: índios e brancos no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

MURPHY, Isabel I. And I, in my turn, will pass it on: indigenous education among the Kayapó Amerindians of Central Brasil. New York: University of New York, 1992.

NIMUENDAJÚ, Curt. Textos indigenistas. São Paulo: Loyola, 1982.

POSEY, Darrell Addison. Cisão dos Kayapó não impede crescimento populacional. Revista de Atualidade Indígena. Brasília: v. 3, n.16, p. 52-58, maio/jun., 1979.

\_\_\_\_\_. O conhecimento entomológico Kayapó: etnometodologia e sistema cultural. Anuário Antropológico/81. Fortaleza: UFC, 1983.

\_\_\_\_\_. Os Kayapó e a natureza. Cência Hoje, Rio de Janeiro, v.2, n.12, p. 34-41, 1984.

\_\_\_\_\_. 1986. Introdução – etnobiologia, teoria e prática. In: RIBEIRO, Berta G. (Coord.). Suma brasileira de etnologia. Petrópolis: Vozes, 1986. p. 15-25.

SOUZA, Eliane S. Entre os Mebengokre: situação atual de contato interétnico e educação Kayapó. Brasília: UnB, 1994. (Dissertação de Graduação).

TURNER, Terence S. Social structure and political organization among the Northern Cayapó. Harvard University, 1996. (Tese de Doutorado).

\_\_\_\_\_. Grupos Kayapó no Médio Xingu e Araguaia. In: Povos Indígenas do Brasil/Sudeste do Pará. Rio de Janeiro: CEDI, 1983.

\_\_\_\_\_. Da cosmologia à história: resistência, adaptação e consciência social entre os Kayapó. Cadernos de Campo, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 68-85, 1991.

\_\_\_\_\_. Os Mebengokre Kayapó: história e mudança social, de comunidades autônomas para a coexistência interétnica. Cunha, Manuela Carneiro da. (Org.). História dos Índios no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 311-338.

VERSWIJVER, Gustaaf. A História dos índios Kayapó. Revista da Atualidade Indígena, Brasília, n. 12, p. 9-16., 1978.

\_\_\_\_\_. Ciclos nas práticas de nomeação Kayapó. Revista do Museu Paulista, São Paulo, n. 24, p. 97-124, 1984.

\_\_\_\_\_. Considerations on Mekragnotí warfare. Bélgica: Faculteit von Rechtsgeleerdhei, 1985. (Tese de Doutorado).

VIDAL, Lux Boelitz. Morte e vida de uma sociedade indígena brasileira: os Kayapó-Xikrin do rio Cateté. São Paulo: HUCITEC, 1977.

\_\_\_\_\_. A morte entre os índios Kayapó. Martins, José de Souza (Org.). A morte e os mortos na sociedade brasileira. J. de Souza Martins (Org.). São Paulo: HUCITEC, 1893.

VILLAS BOAS, Orlando; VILLAS BOAS, Cláudio. Xingu: os índios, seus mitos. Rio de Janeiro Zahar, 1970.